

Recebimento: 21/10/2021

Aceite: 24/11/2021

DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A REGIÃO IMPORTA?¹

REGIONAL DEVELOPMENT – DOES THE REGION MATTER?

Virginia Elisabeta Etges²

Resumo

A dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Nas discussões sobre desenvolvimento regional a relevância do território destaca-se ainda mais, tendo em vista o caráter multiescalar que permeia o tema. O propósito deste artigo é problematizar o significado da dimensão do regional (particular), entendido como mediação entre o global (universal) e o local (singular), nos estudos sobre o desenvolvimento a partir de uma abordagem interpretativa e descritiva, amparada em fontes bibliográficas. Entende-se o território como uma totalidade contraditória, marcada por conflitos e tensões, em que arranjos sócio espaciais particulares dão forma a regiões. A dimensão da particularidade, que se manifesta no território por meio da região, se origina de formações socioespaciais, que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre.

Palavras-chave: Território. Formação Sócio Espacial. Particularidade. Região.

Abstract: The territorial dimension of development processes has been recognized by researchers from different areas of knowledge. In discussions on regional development, the relevance of the territory stands out even more, given the multi-scale character that permeates the theme. The purpose of this article is to discuss the meaning of the regional (particular) dimension, understood as a mediation between the global (universal) and the local (singular), in studies on development from an interpretive and descriptive approach, supported by bibliographical sources. Territory is understood as a contradictory totality, marked by conflicts and tensions, in which particular socio-spatial arrangements shape regions. The dimension of particularity, which manifests itself in the territory through the region, originates from socio-spatial formations, which express political, economic, social, cultural and environmental characteristics that are also particular, configured over time, in the various portions of the earth's surface.

Keywords: Territory. Socio-spatial Formation. Particularity. Region.

¹ Artigo apresentado no V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES/2021) – Inovação, Sociedade e Desenvolvimento Regional: Repercussões e contradições nos territórios, ocorrido nos dias, 24, 25 e 26 de março de 2021. Universidade de Taubaté/Taubaté/SP. ISSN 2358-5307.

² Doutora em Geografia Humana (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: etges@unisc.br

Introdução

Os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, além de constituírem-se em espaços privilegiados para a construção de referenciais teórico metodológicos para este campo do saber, têm o compromisso de aprofundar e qualificar este debate, que se reveste de importância ímpar na discussão de estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento territorial, pautado na equidade e na solidariedade.

A dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Nas discussões sobre desenvolvimento regional a relevância do território destaca-se ainda mais, tendo em vista o caráter multiescalar que permeia o tema. Reconhecer a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento requer a compreensão dos arranjos territoriais resultantes da interação entre escalas diversas: do singular - local, com o universal - global, mediado pelo particular - regional.

De modelos de interpretação abstratos e generalizantes avança-se para a compreensão do significado dos arranjos territoriais particulares, que configuram a diversidade presente no território. A dimensão da particularidade se manifesta no território por meio da região, a qual se origina de formações sócio espaciais, que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre.

Compreender a dimensão regional do desenvolvimento, portanto, requer o aprofundamento da reflexão teórico-metodológica sobre o significado do movimento entre o singular, o particular e o universal e as repercussões decorrentes desse movimento na configuração do território.

Entende-se que o território se apresenta como uma totalidade contraditória, marcada por conflitos e tensões, em que arranjos sócio espaciais particulares dão forma a regiões.

Considerando o atual contexto sócio-político e econômico vigente no país, colocar a regionalização do território em debate significa atribuir destaque ao processo de formação do mesmo, marcado por trajetórias diversas, caracterizado pela “unidade na diversidade”, em que o Estado tem a incumbência de gerir as contradições que nele adquirem formas.

A partir do exposto procurar-se-á problematizar o significado da dimensão do regional (particular), entendido como mediação entre o global (universal) e o local (singular), nos estudos sobre o desenvolvimento, a partir de uma abordagem interpretativa e descritiva, amparada em fontes bibliográficas.

Além desta introdução, o trabalho é composto de duas partes: a primeira aborda o significado de região, buscando explicitar a origem do conceito e sua trajetória; a segunda parte busca contextualizar o significado da dimensão regional do desenvolvimento à luz de uma análise crítica.

O significado de Região

A origem do significado do conceito de região remete necessariamente a um fundamento político, de controle e gestão de um território, que remonta à Antiguidade Clássica, explicitada na relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido. O período da formação dos Estados Modernos assistiu ao renascimento das discussões em torno dos conceitos de região, nação, comunidades territoriais, diferenças espaciais, etc. Foi também neste período que um campo disciplinar especificamente geográfico começou a tomar forma, incluindo exatamente este tipo de questão e de conceitos. (GOMES, 2000).

A palavra região deriva do latim (*regere*), palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra, etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. (GOMES, 2000, p. 50).

Observa-se que a compreensão de região e de regionalização teve referências variadas. Primeiramente, as regionalizações se identificavam com a administração territorial e política. Em seguida o critério natural foi o mais relevante, entendido como critério “mais científico” de

regionalização. Com a compreensão de que a natureza não é a única determinante na conformação regional, foram concebidas propostas baseadas em outros critérios, como o destaque para o econômico. (LENCIONI, 1999).

Na passagem do século XIX para o século XX dois grandes marcos de interpretação acerca do objeto de estudo da geografia se tornam marcantes. O primeiro, de autoria do geógrafo francês, Vidal de La Blache, afirmava que geografia deveria analisar e compreender a singularidade dos lugares, ou seja, compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o definisse. Foi responsável por uma vasta obra, constituída de monografias regionais, que destacavam o caráter único de cada região. Dessa forma acabou comprometendo o status científico da disciplina na época, dando fôlego a uma nova dicotomia, entre geografia geral e geografia regional.

O impasse gerado entre uma ciência voltada para estudos gerais – ciência nomotética, e uma ciência dirigida a estudos particulares – ciência ideográfica, foi objeto de reflexão de Alfred Hettner, geógrafo alemão, que afirmou que a essência estaria no estudo da diferenciação de áreas na superfície terrestre, afirmando assim a vertente corológica da disciplina geográfica, ou seja, o estudo regional. (LENCIONI, 1999).

Apesar de La Blache e Hettner afirmarem o estudo regional, suas concepções sobre região foram diametralmente opostas. Para La Blache a região é auto evidente e coloca-se como objeto de estudo *a priori*, em que o espaço é considerado um mosaico de regiões determinadas, cabendo ao pesquisador revelá-las e descrevê-las. Em contraposição, Hettner entendia as regiões como produto das interrelações de fenômenos que o pesquisador seleciona, conformando-se a região no final do processo de investigação. (LENCIONI, 1999).

Entretanto, a chamada geografia regional disseminada, sobretudo nos livros escolares no Brasil, foi a de La Blache, entendida como o estudo do relevo, clima, vegetação, hidrografia, povoamento, agricultura, indústria, transportes, etc, de determinada área, dando a entender aos estudantes que de fato o território brasileiro era composto de um “mosaico de regiões” singulares, autárquicas, onde umas não se relacionavam com as outras.

A crítica mais contundente a essa concepção de região foi formulada por Yves Lacoste, na década de 1970, definindo-a como um conceito obstáculo à compreensão da dinâmica do território, expressa na espacialidade diferencial.

Esse procedimento da geografia regional consiste em constatar como evidência a existência, num país, de certo número de regiões e descrevê-las, umas após as outras, ou a analisar somente uma delas no seu relevo, clima, vegetação, população, cidades, agricultura, indústria. [...] Esse procedimento impregna, hoje, todo o discurso sobre a sociedade, toda reflexão econômica, social e política [...] é um dos obstáculos capitais que impedem de colocar os problemas da espacialidade diferencial, pois admite-se, sem discussão, que só existe uma forma de dividir o espaço. (LACOSTE, 1988, p. 61).

A maneira de recortar o espaço, *a priori*, num certo número de regiões, das quais só se deve constatar a existência, oculta todas as demais formas espaciais. Isso acarreta na consagração da região-personalidade, como um organismo coletivo ou minimização da região-personagem histórica, servindo de base para o discurso político.

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política, [...] os geógrafos acreditam na ideia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar a ideia de região. [...] Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológico, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais. (LACOSTE, 1988, p. 66)

Essa forma de regionalização e percepção do espaço, segundo Lacoste, torna-se um obstáculo ao conhecimento como instrumento de ação, pois se as condições espaciais são dadas, não há muito que fazer. Os fenômenos que podem ser isolados pelo pensamento não se ordenam espacialmente em grandes compartimentos mas, ao contrário, se superpõem de maneira bastante complexa, o que o autor entende como espacialidade diferencial. Por isso é importante considerar as múltiplas

intersecções entre as configurações precisas dos fenômenos para se poder agir estrategicamente facilitando, inclusive, evitar àqueles aspectos que podem se constituir em obstáculos à ação que se pretende empreender. (ETGES; FEGGER, 2013).

Ainda em meados do século XX, a crítica à geografia tradicional fez surgir um movimento de renovação da disciplina, por meio da chamada Geografia Pragmática ou Teorética e da Geografia Crítica ou Radical.

De matiz neopositivista, voltada à formulação de modelos explicativos da realidade generalizáveis, a Geografia Pragmática tinha sua ênfase nas relações espaciais e no uso dos métodos estatísticos, o que levou ao declínio da importância dos estudos regionais. À região é reservado um caráter de classificação, agrupamento, subsidiado por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório e por uma linguagem amparada em grandes teorias e, por conseguinte, distante do trabalho de campo.

Neste contexto surge a possibilidade de classificar as regiões em homogêneas, funcionais ou polarizadas, entendidas como unidades cristalizadas no tempo e no espaço.

Já perspectiva crítica trouxe grandes contribuições à Geografia, sepultando a ideia de neutralidade da ciência e introduzindo novas categorias para o estudo regional.

A dimensão regional do desenvolvimento

Com o surgimento de correntes críticas de base marxista e fenomenológica, a partir dos anos 1970, novas concepções de geografia regional surgem, como a que entende a região como parte de uma totalidade:

A diferença agora residia no fato de que a totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que esta não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da compreensão do mundo como um todo não harmônico. (LENCIONI, 1999, p. 196)

Nesta perspectiva teórico-metodológica, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, como sínteses de múltiplas determinações, instituídas no transcurso histórico, e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza. (PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Lukács (1967) propõe que, para uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade, devem ser explicitados os nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos, tendo em vista a apreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata, em direção à essencialidade concreta.

Nesse contexto, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua manifestação sensível, não se revelando de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

Na lógica dialética a mediação não é pensada como produto ou resultado, nem como soma, homogeneização ou equilíbrio. A mediação deve ser pensada como processo, que tem por referência a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio. (ALMEIDA, 2001).

A categoria mediação é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente. (MASSOM, 2012).

Para compreender a região como parte de uma totalidade social, torna-se imprescindível o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão, num dado período histórico, pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

A contribuição de Milton Santos (1977) para a análise geográfica marxista ou para a dialética espacial aparece com o conceito formação sócio espacial, adaptado da categoria formação econômico-social. (BESSA, 2010)

Para Sereni (1974, apud SANTOS, 1977), a formação econômico-social expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade do seu desenvolvimento histórico.

Não é à sociedade em geral que o conceito se refere, mas a uma sociedade dada, a tipos históricos definidos de sociedade. Isso significa que não há uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa do seu tempo. (SANTOS, 1977)

Tal conceito é crucial para a análise geográfica e, do mesmo modo, para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, especialmente em escalas particulares. (CORREIA, 1997).

A formação social é uma particularidade espaço-temporal de um determinado modo de produção, quer dizer, é uma combinação particular e relacional de uma ordem temporal e de uma ordem espacial de um dado modo de produção dominante.

Esse conceito explicita que uma sociedade só se torna concreta por meio do espaço que ela própria produz e que este só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo do mesmo. “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”, como preceitua Santos (1977, p. 87).

De acordo com Correa (1997), a diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como de processos sociais, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferenciação de áreas não está associada à ideia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, e sim à ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal). Citando Lukács (1967), afirma que a particularidade, com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa, e conclui que a particularidade se traduz, no plano espacial, na região.

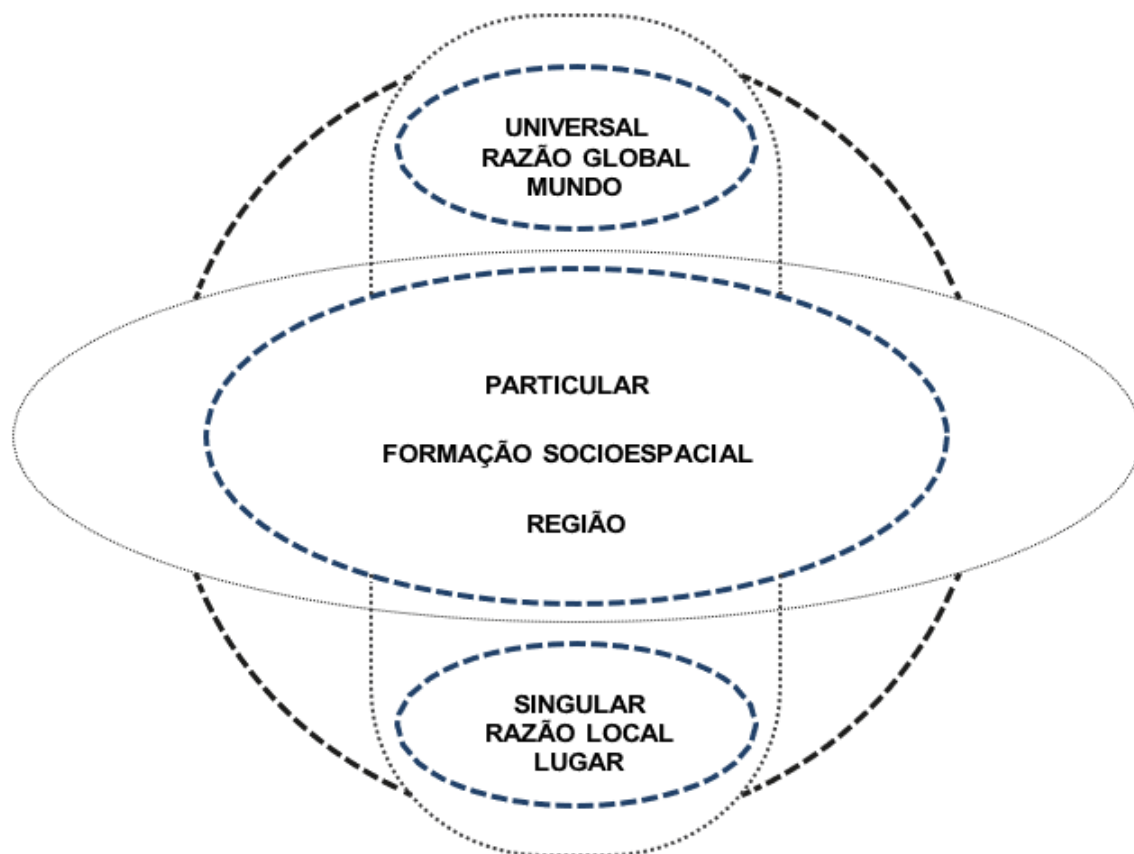
Ambas, lógicas universais e singulares, passam a refletir combinações particulares que, ao se concretizarem, o fazem de modo distinto, criando e sustentando as diversidades. É assim que as forças universais se defrontam com as resistências da formação sócio espacial. Essa é a dialética em questão, que se constrói por meio do confronto e da síntese entre essas racionalidades, nas quais a ação universalizante passa pela incontestável mediação das formações sócio espaciais.

Trata-se de uma dialética caracterizada por continuidades, descontinuidades e rupturas, posto que o contato entre lógicas universais e lógicas singulares, por vezes convergentes, por vezes divergentes, ou pela co-presença de ambos os processos, produz particularidades, cujas combinações são igualmente únicas.

Em condições histórico-geográficas específicas, a tendência à homogeneização é sempre afetada pela mediação antagônica da formação sócio espacial. Essa mediação impõe uma heterogeneidade. Dessa maneira, a universalização dos processos é acompanhada, inversamente, pela singularização e particularização, implicando uma diferenciação. (BESSA, 2010)

Segundo Santos (1977), em tempos de globalização, com um modo de produção que tende a ser único, o espaço geográfico seria homogeneizado ou uniformizado por intermédio da ação de uma unicidade técnica, que se orienta no plano do universal. Todavia isso não ocorre, pois a ação deste modo de produção, tendencialmente único, passa pela mediação das formações espaciais, que está situada no plano da particularidade. As formações sócio espaciais, como etapas de um processo histórico, referem-se à evolução diferencial das sociedades, isto é, expressam a diferenciação espacial e, por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países e regiões diferenciam-se uns dos outros.

Oliveira (2019) afirma a relevância da formação socioespacial enquanto uma importante noção para pensar a região, e mesmo de interpretá-la ao nível de uma formação socioespacial, tendo em vista o fato de ambas desempenharem uma espécie de mediação entre processos gerais e processos específicos, singulares, traduzidos no plano espacial sob a forma da particularização de múltiplos vetores e arranjos; processo que, como parte do movimento dialético, também pode suscitar contra racionalidades à ação hegemônica da globalização perversa, de que fala Santos (2000).

Figura 1: O movimento dialético do universal ao singular e seu “campo de mediações”

Fonte: Oliveira; Trindade Jr.; Leite, 2018. Adaptado pela autora.

Limonad (2015), ao lançar a pergunta: regionalizar para que? Para quem? afirma que uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender a necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade a que se propõem a atender.

Poder-se-ia dizer, então, que a região seria uma resultante da construção histórica desta complexa coerência, construída a partir da dialética articulação (enfrentamento) de distintos processos sociais, que tende a conferir características particulares a um determinado espaço social, e a expressar os distintos interesses dos agentes e atores sociais envolvidos. (Limonad, 2015, p. 57)

A região constrói-se, portanto, a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio espaciais histórica e geograficamente localizados, o que permite a Silveira (1999) salientar que o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região. (Limonad, 2015, 60)

Considerações Finais

Por meio do embasamento teórico e das informações coletadas e sistematizadas, realizou-se uma análise teórico-crítica, alicerçada em informações qualitativas, para então realizar a descrição concisa das múltiplas relações, mediações e contradições (sincrônicas e diacrônicas) existentes entre as partes que constituem o processo de construção, desconstrução e reconstrução dos conceitos analisados.

É fundamental compreender que a promoção do desenvolvimento regional significa, acima de tudo, reconhecer a diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento, e não o contrário.

Conclui-se que uma determinada região é parte de uma totalidade social, por isso é importante o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão num dado período histórico pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

Referências

ALMEIDA, José L.V. **Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua**. São Paulo: Xamã, 2001.

BESSA, Kelly. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da Geografia. **Mercator**, volume 9, número 20, set./dez. 2010.

CORREA, Roberto L. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ETGES, Virginia E.; FEGER, José E. Espacialidade Diferencial, Região e Regionalização - a contribuição de Yves Lacoste. In: SILVEIRA, Rogerio L. L. (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processo, políticas e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMONAD, Ester. Brasil Séc. XXI – Regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E. HAESBAERT, R. MOREIRA, R. (Org.) **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou Marxismo**. Editora Senzala, 1967.

MASSOM, Gisele. **As contribuições do método Materialista Histórico e Dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais**. Anais IX ANPED Sul, 2012.

OLIVEIRA, Helbert M. Pampolha de. Região, particularidade e formação socioespacial: pensando a Amazônia na obra de Milton Santos. Paper do NAEA, v. 28, n. 2, 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n.54, p.81-99, jun.1977.

_____. **Por uma outra Globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. Revista **Território**, ano IV, n. 16, jan./jun. 1999.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.